

UM PAÍS SEM CIDADES? O MUNDO URBANO EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA

Luís Miguel DUARTE

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

1. Introdução: a História Urbana em Portugal

COMEÇO por dar uma ideia resumida da investigação sobre as cidades e as sociedades urbanas nas últimas décadas em Portugal (os seus pontos fortes e fracos), bem como das fontes de que dispomos e daquelas cuja ausência temos de contornar¹. Tentarei evitar as generalidades e os aspectos mais conhecidos da história urbana, sobretudo os mais comuns entre Portugal e Castela (e, em menor grau, Aragão e Navarra), e concentrar-me nos que podem ser mais específicos, bem como nos problemas que estão por resolver – às vezes até por formular– entre nós.

O ponto da situação que se pode fazer neste momento é contraditório. A história urbana do Portugal medievo, que nunca foi propriamente descurada, mantém-se razoavelmente viva, tem acumulado títulos e monografias, até um ou outro congresso, mas tem de lidar com algumas dificuldades estruturais:

1. Uma acentuada pobreza de fontes, nomeadamente as que podem dar origem a estudos quantitativos ou seriais (fontes fiscais, documentos de contabilidade, inventários); só temos *actas de vereações*² com algum significado para o Porto e para Loulé (e depois algumas esporádicas para Vila do Conde e Montemor-o-Novo); *livros de receitas e despesas* apenas sobreviveram para Porto³, Loulé, Montemor e Elvas – e em séries limitadas e descontínuas ou em anos avulsos. Não existem crónicas de cidades antes do século XVI⁴; sobraram poucos tombos de privilégios urbanos. Para a história económica (da produção, do artesanato, do comércio, do crédito, da fiscalidade) é quase o deserto. Isso não inviabiliza totalmente o nosso trabalho; mas limita-o seriamente e pode torná-lo bem mais difícil e complexo –fazer demografia sem róis de contribuintes, por exemplo, é um desafio sério. Por isso, em Portugal, a convicção de que temos de estudar com atenção os trabalhos dos nossos colegas dos outros países mas depois trabalhar com aquilo que temos não é apenas uma banalidade ou um truísmo; é um ponto de partida com implicações muito particulares.

2. Alguma resistência a formular problemas e a fazer preceder a investigação empírica de um questionário teórico esclarecedor⁵. Por isso temos um número aceitável de trabalhos *per capita*, vamos revelando novas fontes e novas informações, mas não se vê que, de uma monografia para a seguinte, de um congresso para outro, haja um progresso sustentado ou saltos qualitativos no tipo de perguntas que

¹ Um ponto da situação bibliográfico sobre o urbanismo medieval português será publicado em próximo número da revista "Historia. Instituciones. Documentos". Remeto desde já para ele.

² As *actas capitulares* espanholas.

³ E ainda assim cobrem só, com lacunas, a segunda metade do século XV.

⁴ Mesmo depois dessa data, são raras.

⁵ A vida científica em Portugal não é particularmente animada; não há grande tradição de debate científico, de troca de ideias (fazem-se notas de leitura mas não recensões críticas), de submissão dos trabalhos a *referees*.

colocamos às fontes nem na novidade das sínteses. Isso verifica-se, em particular, na história urbana e, mais ainda, na história económica; menos na história política, na história militar ou na história religiosa.

3. Uma consequência deste estado de coisas é a descontinuidade na investigação. Até aos anos 80, a história urbana dependia apenas dos incentivos locais. Era particularmente forte no Porto, talvez devido ao acentuado bairrismo da cidade; aí contou com uma fortíssima geração de historiadores, pelos anos 50 e 60 do século passado, que se reflectiu em numerosas publicações de boa qualidade e sobretudo numa *História da Cidade do Porto*, obra monumental em três volumes dirigida por Damião Peres e António Cruz. Mas tinha razoáveis tradições em Lisboa, em Évora e em Coimbra, sobretudo graças a eruditos locais sem especiais ligações à Universidade. No início dos anos 80, no seu seminário sobre “Cidades” na Universidade Nova de Lisboa, Oliveira Marques definiu uma “Introdução Metodológica” ao estudo das cidades medievais, na qual nem sequer faltava um esquema desenvolvido em alíneas para elaborar uma monografia. Desse esforço colectivo e continuado resultou cerca de dezena e meia de monografias sobre povoações portuguesas medievais, o que, à nossa escala, é notável – e constitui uma base de trabalho muito boa que está por aproveitar até ao fim. Não são todas de igual valor (porque as terras estudadas não têm todas a mesma importância, as fontes não se equivalem nem o investimento dos autores foi o mesmo)⁶. Tivemos mesmo quatro teses de doutoramento (das antigas, monumentais) sobre temas urbanos⁷. Mas depois do primeiro entusiasmo, houve algumas monografias em que pouco mais se fez do que repetir, sem chama e sem acrescentar uma nova ideia que fosse, o esquema proposto por Oliveira Marques⁸. Numa linha paralela, Iria Gonçalves vem publicando com regularidade, desde os anos 60, trabalhos essenciais sobre questões mais ligadas ao quotidiano, às procissões, à defesa do consumidor; são títulos indispensáveis e ademais bem escritos.

4. Ao presente, temos algumas boas monografias, algumas boas sínteses (sobretudo o capítulo de Oliveira Marques no seu *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*; bem como os textos de reflexão de fundo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida sobre o urbanismo da Alta Idade Média e as muralhas das cidades, ou o de Manuela Santos Silva numa outra *História de Portugal*, dirigida por João Medina⁹), alguns trabalhos de referência sobre questões específicas, um *corpus* importante de dados ‘semi-tratados’. Estamos bem informados quanto aos aspectos essenciais da administração e do governo urbanos para os séculos XIV e XV, mas menos para os séculos XII e XIII e para a transição para a modernidade, para o período de agonia das autonomias locais¹⁰. Como temos ideias razoavelmente claras sobre a história do urbanismo medieval português¹¹;

⁶ Destaco os estudos de Rita Costa GOMES sobre a Guarda, de Amélia ANDRADE sobre Ponte de Lima, de Hermínia VILAR sobre Abrantes ou de Sílvio CONDE sobre Tomar, bem como uma das numerosas teses de mestrado sobre o Porto (Fátima Pereira MACHADO, *O Central e o Local. A vereação do Porto entre D. Manuel e D. João III*, Porto Edições Afrontamento, 2000).

⁷ A de Conceição FALCÃO sobre Guimarães, a de Ana Maria RODRIGUES sobre Torres Vedras, a de Ângela BEIRANTE sobre Évora e a de Adelaide MILLÁN sobre o Porto.

⁸ Hoje há seminários de mestrado dedicados às cidades e às sociedades urbanas em Lisboa, em Coimbra, no Porto e em Braga, mas não tem resultado deles uma produção sistemática e sobretudo sempre inovadora.

⁹ Já que a parte de Armindo de SOUSA para a *História de Portugal* do Círculo de Leitores, dirigida por José Mattoso, quase não trata o tema.

¹⁰ Com algumas excepções, como o livro de Fátima MACHADO referido na Nota 6. Durante décadas, os modernistas raramente se debruçaram sobre a primeira metade do século XVI, o que convidou a que os medievalistas prolongassem por esse período as suas investigações.

¹¹ Nomeadamente graças a úteis colaborações de arquitectos.

vimos desenvolvendo estudos sobre a casa e a construção corrente¹². Em compensação, estamos francamente deficitários no que diz respeito à demografia e à história da população¹³ —e percebe-se como esta limitação é importante. Há, por outro lado, um enorme atraso na história económica das nossas cidades: não temos qualquer imagem quantitativa¹⁴ da produção artesanal, do comércio local (dos *mercados*), das dinâmicas de trocas regionais (e mesmo internacionais), dos seguros, do crédito, do financiamento das cidades e dos negócios, da constituição das fortunas. Repetimos ideias sobre os burgueses e mal percebemos quem são, de que é feita a sua riqueza, quais as sociedades, os investimentos, a preparação para os negócios¹⁵. E está totalmente por estudar a articulação regional, as redes de vilas intermédias, o papel vertebrador dos grandes rios (em especial o Lima, o Douro, o Mondego e o Tejo)¹⁶. Já agora, teremos que saber mais sobre a vida religiosa das cidades (não a história dos bispados nem as monografias de colegiadas) e, sobretudo, sobre a cultura e o ensino urbano.

2. O essencial sobre as cidades portuguesas¹⁷

Quase todas as cidades e principais vilas têm uma origem muito antiga; quando observamos a escolha da sua implantação, a sua estrutura, a sua fisionomia, o seu plano, é possível identificar, em estratigrafia ou em contiguidade, os testemunhos das sucessivas épocas e povos.

As cidades mais importantes são de fundação pré-romana e conservam essa característica no seu nome¹⁸. Muitas delas, à moda castreja, procuraram elevações difíceis de tomar: basta pensar no “Morro da Cividade”, onde foram detectados os mais antigos vestígios de povoamento no Porto¹⁹ e que, visto do rio Douro, se apresenta como uma penedia inexpugnável.

A primeira manifestação de uma vida urbana consistente deve-se à presença romana. Alguns castros, mesmo entre os muito importantes, despovoaram-se, outros evoluíram de acordo com os princípios conhecidos do urbanismo romano²⁰. Casos como Braga ou Évora são testemunhos dessa mesma evolução²¹.

¹² Em especial no norte do país, graças aos trabalhos de Conceição FALCÃO, e no sul, com as investigações de Sílvio CONDE.

¹³ Em certos casos, pior do que atrasados, estamos provavelmente equivocados: temos uma série de ideias e de números sem qualquer base lançados em algum momento e que, à falta de melhor, têm sido repetidos de umas obras para as outras.

¹⁴ E poucos trabalhos monográficos sobre cada mester ou fileira produtiva.

¹⁵ Entre as excepções, chamo a atenção para os trabalhos de Armindo de SOUSA, em especial *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*, sep. do “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, 1 (1983).

¹⁶ Estamos ainda muito longe de conhecer bem as principais estradas portuguesas, com a excepção das do Entre Douro e Minho, estudadas por Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, e das de Trás os Montes, por Sílvio CONDE.

¹⁷ Segurei, no essencial, a síntese de Orlando RIBEIRO.

¹⁸ Orlando RIBEIRO dá como exemplos *Olisippo* (Lisboa), *Braccara* (Braga), *Aeminium* (Coimbra) e *Cale* (o assentamento nas margens do Douro que, somado ao topónimo *Portus*, daria origem ao nome do país, Portugal).

¹⁹ Datados da Idade do Ferro.

²⁰ O caso mais paradigmático talvez seja o de Conímbriga. Que está hoje reduzido a ruínas; outros são simples aldeias. Há também povoados que só agora começamos a conhecer através de campanhas arqueológicas (como Tongóbriga, no Douro) e outros cuja localização precisa desconhecemos ainda.

²¹ Com o cruzamento das ruas a direito e o canónico enquadramento dos principais edifícios.

A presença sueva²² e principalmente visigoda implicam um refluxo das cidades romanas; as áreas que, como no caso do Porto, receberam muralhas aquando da crise do Império nos séculos III e IV, parecem enormes para os habitantes que ficaram. Em alguns casos²³, as cercas altomedievais deixam do lado de fora construções pré-existentes.

Com a excepção de Mértola, bastante bem conhecida, e de Silves, sabemos pouco da marca muçulmana no urbanismo português; interessaria sobretudo conhecer melhor essa marca em Lisboa²⁴.

E do período muçulmano o geógrafo Orlando Ribeiro passa imediatamente para o que ele considera os dois grandes surtos urbanos da história portuguesa, ambos baseados em ciclos de prosperidade ligada ao comércio ultramarino: o período manuelino²⁵, com as especiarias do Oriente e o açúcar das Ilhas e do Brasil e o reinado de D. João V, com o seu urbanismo barroco sustentado pelo ouro e as pedras preciosas brasileiras.

Quanto às características morfológicas, a circulação foi provavelmente o principal factor de desenvolvimento. Como nota Orlando Ribeiro, "... onde a colina fragosa domina a enseada, o estuário ou o curso de água navegável, a cidade, ponto ou lugar de detenção na margem do rio, liga-se à estrada ou abre-se, pela via do mar, às relações distantes. Alcandorada na colina onde se abrigam as funções mais nobres e prestigiosas, vê desenvolver-se na terra baixa um arrabalde de comércio, indústria, circulação"²⁶.

Devido a essa mesma disposição, com frequência surge, na outra margem, um arrabalde, ligado ou não ao núcleo principal por uma ponte. Por isso em Portugal as cidades escolhem sobretudo a margem direita dos rios, a norte, com esses arrabaldes da outra banda: pense-se em Viana do Castelo, Barcelos, Porto, Coimbra, Abrantes ou Lisboa.

Destaca-se quase sempre a dimensão portuária. Algumas das cidades mais importantes estão situadas em estuários²⁷.

Temos exemplos dos principais tipos de planos conhecidos²⁸. Mas segundo Orlando Ribeiro, "um dos traços mais característicos da estrutura urbana portuguesa é a existência, à margem da aglomeração, de uma praça, às vezes sombreada de arvoredo, onde se realizam mercados e feiras e onde os camponeses trazem os produtos dos arrabaldes e fazem os fornecimentos"²⁹. Essas praças, os *rossios*³⁰, dialogavam com frequência com as *acrópoles*³¹, em locais mais elevados, onde se situavam os edifícios emblemáticos dos poderes religioso e militar; o diálogo podia fazer-se através de uma *Rua Direita*³². Através de uma monografia de cada cidade portuguesa³³ podemos identificar

²² No Norte de Portugal.

²³ Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA fala em Lisboa e em Évora.

²⁴ Nos bairros da colina do castelo.

²⁵ D. Manuel I, 1495-1521.

²⁶ Orlando RIBEIRO e Hermann LAUTENSACH, *Geografia de Portugal. III. O Povo Português*, Lisboa, João Sá da Costa, 1987, p. 871.

²⁷ Lisboa, Porto e Setúbal. Orlando RIBEIRO lembrava que, das nove cidades mais importantes, só três (Braga, Évora e Coimbra) se localizam no interior. E Braga e Coimbra estão próximas da costa.

²⁸ Radio-concêntricos, ortogonais, mistos.

²⁹ *Op. cit.*, p. 872-873. Ainda hoje, em Braga, há espaços deste tipo a desempenhar, uma vez por semana (o "dia da feira"), essas funções de atracção e encontro de populações das aldeias em redor.

³⁰ O topónimo conservou-se em Lisboa.

³¹ Por exemplo no Porto, em Coimbra, em Lisboa.

³² Que nem sempre era direita.

³³ E, como vimos, uma percentagem elevada de povoações dispõe de boas monografias, com algumas excepções difíceis de explicar, como Lisboa, Coimbra, Braga, Viseu e Lamego.

as principais etapas urbanísticas, as reorganizações decorrentes da construção de conventos mendicantes no século XIII, de novas muralhas, principalmente no XIV, ou de *ruas novas*; e podemos ter uma ideia de como uma rua de elite decaiu e foi superada por outra nova, num processo que ainda hoje continua. Pode acontecer que cada mudança nos conte uma história: no Porto, por exemplo, a *Rua Nova* primitiva, tortuosa, inclinada e ligando um dos morros ao rio Douro, foi substituída no final do século XIV por uma outra *Rua Nova*³⁴, muito larga, ortogonal, ‘moderna’, a uma cota alguns metros acima do rio Douro e das suas temíveis cheias, bem situada para intervir no movimento dos barcos da ribeira e com novas casas de pedra homogêneas para concentrar as principais famílias do comércio e dos serviços da cidade. Na primeira metade do século XVI, a Rua Nova cede a sua primazia social a uma artéria acabada de rasgar, a *Rua de Santa Catarina das Flores*, sem especiais atributos funcionais, a não ser estar um pouco mais afastada do rio e, sobretudo, permitir a construção de casas mais apalaçadas e com mais terreno. A Rua das Flores responde às necessidades de novas elites urbanas, no momento em que o velho privilégio de não residência dos nobres morria de morte natural, uma nobreza de segundo plano se instalava tranquilamente na cidade e os mais ricos mercadores se nobilitavam.

Como nos países mediterrâneos, a dimensão defensiva foi sempre primordial e está na base da escolha da maior parte das fundações; rareiam, entre nós, as cidades de planície³⁵. Quase todas se protegem com uma elevação do terreno, podendo então preferir a cota baixa, com uma fortaleza de recurso no alto, ou então instalar-se a meio da encosta³⁶.

O crescimento urbano fez-se entre nós como nos outros países: os bairros mais antigos intramuros ou nos pontos mais elevados; e depois a ocupação dos planos baixos, das ribeiras, mais comerciais, mais industriais, muitas vezes mesmo agrícolas³⁷.

3. Cidades, vilas e aldeias

Até ao último quartel do século XV, a palavra *cidade*, em Portugal, como em Itália, era reservada para as sedes de bispado, o que me parece importante e significativo. Uma vez que estamos a falar de algumas sedes dos primórdios do cristianismo na Península, cuja restauração, no século X, foi muito mais um acto simbólico e político do que o reconhecimento de uma vitalidade económica, social e política, às vezes mesmo religiosa, não nos devemos surpreender pelo facto de Santarém, talvez por largos períodos a segunda terra mais importante de Portugal (e frequentemente sede da Coroa) ser uma vila, enquanto eram cidades povoações claramente menores e em decadência como Viseu e a Guarda e, talvez em menor medida, Lamego. No Algarve, a cidade é Silves; e são vilas, por exemplo, Tavira, Faro, Loulé e Lagos, certamente mais povoadas e mais animadas económica e politicamente. A própria Braga, a única arquidiocese portuguesa, estava longe de impressionar como núcleo urbano. Está por fazer uma comparação séria entre ela e a sua vizinha Guimarães, ainda hoje rivais. E eram vilas povoações como Chaves, Bragança, Aveiro,

³⁴ Passando a antiga a *Rua Escura*.

³⁵ Aveiro é o melhor exemplo.

³⁶ Guarda, Vila Real, Santarém, Viseu, Tomar, Castelo Branco, Estremoz – e, por todas, o expressivo exemplo de Beja.

³⁷ Estas simples linhas de força da história urbana têm depois uma história particular em cada cidade.

Elvas, Portalegre, Beja ou Setúbal. Nestas páginas utiliza-se um critério menos formal, ultrapassando um pouco a conhecida definição de Afonso X (“todo o lugar encerrado entre muros, com os arrabaldes e os edifícios adscritos a ele”), e juntando à existência de muralhas a presença de uma sociedade diversificada, de funções económicas e de profissões relativamente complexas, de um artesanato e de um mercado, de uma presença significativa do escrito e de uma vida religiosa mais elaborada do que a proporcionada por um simples cura de uma paróquia rural –bem como uma dimensão demográfica razoável (estimada, bem entendido), à escala do país e da época.

As sedes de municípios, algo mais de três centenas, eram as nossas *vilas*, com os respectivos termos.

Queria, desde já, sublinhar uma ideia central: como tem insistido Oliveira Marques, é errado procurarmos, em Portugal, paralelismos com as grandes cidades flamengas e italianas. Difícilmente encontraremos aquela burguesia de negócios³⁸, como dificilmente encontraremos um artesanato tão forte, tão produtivo, tão bem organizado, que nos permita falar de indústria sem quaisquer problemas. Segundo aquele autor, “... uma cidade é apenas uma aldeia maior, ou seja um centro de organização e distribuição agrícola [onde] comércio e indústria são actividades subsidiárias [...] e os seus habitantes proprietários rurais das quintas em redor”³⁹.

Esta ideia tem a vantagem das teses claras. Presentemente, não tenho uma posição segura em relação a ela. À primeira vista aquele historiador tem razão. Mas não conhecemos suficientemente bem o comércio regional –mesmo o nacional e o internacional– de muitas cidades portuguesas, nem sequer a actividade artesanal, para poder desde já afirmar com convicção que, à excepção de Lisboa primeiro, e do Porto depois, as nossas melhores cidades medievais são apenas centros, maiores ou menores, de redistribuição agrícola e ganadeira.

Tenho vindo a repetir os exemplos do arquivo do Consulado Marítimo de Burgos, ou do *Dret de los Portugueses* de Valência. Se não fosse a investigação conduzida por Hilario Casado Alonso, num caso, e por José Hinojosa Montalvo, David Igual, Rosa Muñoz e Germán Navarro, no outro, portanto se contássemos apenas com as fontes portuguesas, manteríamos uma ideia distorcida e, sobretudo, falsa, da realidade urbana portuguesa na Idade Média. E, em quase todos os sectores, a ausência de fontes leva-nos a subavaliar a realidade. Para dar apenas um exemplo, o da cidade onde nasci, Viana do Castelo, julgávamos conhecer minimamente a respectiva história. Sabíamos que o seu envolvimento no comércio internacional foi relativamente precoce; mas sempre acreditámos que era um aglomerado muito modesto, que só se desenvolveu claramente no século XVI, com o trato do Brasil. Os dados do arquivo de Valência, sem transformarem a cidade numa Génova portuguesa, informam-nos da existência de mais barcos e mais mercadores vianenses do que alguma vez suspeitámos. E o mesmo é válido para outros portos –porque não temos nenhuma contabilidade, nenhum registo comercial ou fiscal de qualquer porto português até ao início do século XVI, e porque só temos livros notariais da segunda metade do século XVI.

Outro exemplo: os chamados *livros de alealdamento* –possuímos pouco mais de meia dúzia para o início do século XVI, para essas alfândegas da raia portuguesa que, como demonstrou Angus McKay, não tiveram correspondente do lado castelhano - estão por estudar de uma forma sistemática. O único que foi tratado, o de Freixo de Espada à Cinta⁴⁰, dá-nos testemunho de um

³⁸ Como em Burgos, para me servir de um exemplo peninsular.

³⁹ “Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 15.

⁴⁰ Estudado por Maria de Fátima MACHADO e por mim.

comércio de fronteira e de uma produção artesanal consideráveis, de escasso valor acrescentado, sem dúvida, mas que nos devem obrigar a repensar a imagem tradicional de um interior anémico e deprimido. Por isso sou da opinião de que a ideia síntese de Oliveira Marques se deve manter até melhor prova em contrário, mas que temos de saber mais.

É sobretudo com a intensificação do trato entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa (com a presença castelhana em Tarifa e depois após a conquista de Ceuta e o recuo da pirataria muçulmana), que se animam os portos do litoral sul e oeste de Portugal. Mas devo lembrar que não abundam na costa portuguesa espaços portuários excepcionais: Faro, Tavira e Lagos são seguros, mas a serra algarvia impede-os de ultrapassarem uma dimensão local ou, quando muito, regional. Lisboa e Setúbal são talvez os melhores; Coimbra não tinha nenhum bom porto próximo; e depois a costa começa a ser hostil. Aveiro era um porto medíocre, o Porto perigosíssimo⁴¹; Viana era também traisoeira – ainda é; Vila do Conde apenas um abrigo sofrível. Valença e Caminha pouco contavam. Quer dizer, para além de Lisboa, a cidade com maiores possibilidades comerciais era sem sombra de dúvida o Porto: o vale do Douro fornecia vinho em quantidade e qualidade, couros, azeite, sumagre; mas os obstáculos da sua barra, que se mantêm nos nossos dias, limitavam as suas enormes potencialidades de crescimento. Isso mesmo foi observado, ainda nos anos 40 do século XIX, pelo rei Carlos Alberto de Sabóia, exilado no Porto, e que contemplava melancolicamente o estiolar da cidade: o Porto devia trabalhar a sua foz como os holandeses, sentenciava o pobre monarca.

4. As muralhas, a área urbana e os termos

Como escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “a grande maioria dos nossos monumentos militares da Idade Média, quer sejam cercas urbanas, quer sejam castelos, torres ou casas fortificadas, pertence ao estilo gótico”⁴².

É especialmente a partir de meados do século XIII, com as mudanças que ocorreram, com cronologias variáveis e aspectos específicos, em outras regiões da Europa (o desenvolvimento do comércio e as transformações sociais associadas a ele, o renascimento do direito comum e a afirmação crescente da administração central –um fenómeno bastante precoce em Portugal, o aperfeiçoamento de novos sistemas de fiscalidade), que as nossas cidades recuperaram parcialmente o seu antigo protagonismo administrativo, jurídico e estratégico.

E reclamam com energia o seu “termo”, um território ao redor (toda a cidade, para sobreviver, tem que ter o seu império, por mais pequeno que seja, como escreveu Fernand Braudel) sobre o qual terão o direito de exercer justiça, de nomear ou pelo menos confirmar os principais magistrados, de controlar os mercados e forçar os fluxos de abastecimentos e, sobretudo, o de impor tributos (“fintas”) para as obras ditas “públicas”, que às vezes o eram, às vezes nem tanto – muralhas, ruas, pontes e calçadas. Como já se escreveu, populações do campo à volta do Porto pagaram ano após ano para a construção da Rua Nova, nesta cidade, uma via que a maioria delas nunca visitou nem sequer podia imaginar como seria.

⁴¹ A barra, irregularmente assoreada, estava juncada de rochedos, muitos deles encobertos. No século XVI, o simples facto de entrar na barra do Douro podia dobrar o preço dos produtos trazidos pelos barcos.

⁴² *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 79.

Naturalmente o apoio do rei e dos funcionários locais da administração régia foi indispensável para forçar os habitantes dos termos municipais a fornecer jeiras de trabalho e a pagar estes impostos para as sedes concelhias. Ainda não testámos em Portugal algumas das ideias mais interessantes propostas pelo grupo que tem investigado a fiscalidade municipal⁴³: haveria que ver de que forma a cobrança de impostos régios serviu às elites locais para reforçar o seu controle sobre as populações do termo. No caso do Porto, conhecemos róis fiscais muito completos de 1438, destinados a um imposto local⁴⁴; seriam esses róis facilitados pelos regedores da cidade quando se tratava de receber um imposto da Coroa?

Já alguém sugeriu⁴⁵ que foi nas cidades de senhorio real que mais precocemente se avançou neste processo de submissão e exploração dos termos (como em Guimarães e em Santarém); e que isso terá estimulado “a classe burguesa de outras com senhorio eclesiástico contra o seu sistema senhorial, como se observa no Porto e em Braga”⁴⁶. É uma ideia sedutora que creio que devemos discutir um pouco mais, multiplicando as análises de caso.

Voltemos aos termos concelhios. Era decisiva a importância de um termo extenso, com bons recursos agrícolas e ganadeiros e sobretudo muito populoso, para assegurar o abastecimento da cidade, para fornecer mão de obra, para pagar impostos e para garantir consumidores para os produtos urbanos. Por isso, o desenho dos termos era um meio privilegiado de intervenção política dos monarcas, para premiar ou castigar uma cidade, para compensar uma aldeia, enfim, para gerir o mapa político do país de acordo com as lealdades que a Coroa esperava. Lembremos apenas a Crise de 1383-1385: a decisiva participação de Lisboa de apoio ao Mestre de Avis foi recompensada com um vastíssimo termo (*grosso modo* o actual distrito; cerca de 2.500 km², incluindo vilas muito importantes como Sintra, Torres Vedras, Óbidos e Alenquer); o mesmo aconteceu com o Porto, que inclusive passou a incluir as vilas régias da margem sul do Douro, Gaia e Vila Nova (apesar de o alcaide do castelo ser favorável à causa do Mestre); já Santarém, que tomou voz pela rainha D. Beatriz e, portanto, por Juan I de Castela, perdeu muitos privilégios e alguns territórios. Nem sempre temos pensado, em Portugal, nas consequências concretas e imediatas destas medidas: isso queria dizer que, logo nos dias seguintes, Lisboa e o Porto poderiam garantir mantimentos, matérias primas, materiais de construção, quase triplicando a mão de obra convocável para grandes obras urbanas, o universo de contribuintes fiscais e mesmo, se fosse o caso, a base de recrutamento militar (já que o Porto tinha manifestamente muralhas a mais para tão poucos defensores, pelo que precisava urgentemente de soldados do termo); com Santarém passar-se-ia exactamente o contrário. Quero dizer que uma recompensa ou uma punição por uma opção política tinham uma tradução imediata e possivelmente muito elevada no nível de vida das populações afectadas.

Como tendência geral, podemos dizer que os termos muito extensos do período da Reconquista foram sendo diminuídos, para responder ao surgimento de novas vilas nas respectivas áreas; e no século XIV eram muito mais pequenos: nas cortes de 1331, os representantes dos concelhos protestaram contra a diminuição dos antigos termos devido à criação de novos

⁴³ Em especial Manuel SÁNCHEZ, Antoni FURIÓ, Denis MENJOT e Antonio COLLANTES DE TERÁN.

⁴⁴ Para a construção da Rua Nova.

⁴⁵ Carlos Alberto FERREIRA DE ALMÊIDA, *História da Arte...*, p. 79.

⁴⁶ Id., *ibíd.*

concelhos, o que é um sintoma importante⁴⁷. Mas, pelas razões que já vimos, a luta das cidades mais importantes para manter e aumentar os respectivos termos afigura-se, a espaços, quase uma luta pela sobrevivência; a documentação que nos traz ecos dessas lutas por vezes tem estranhas ressonâncias de domínio e de caça⁴⁸. O fantasma constante de falta de cereal que ameaçou o Porto levou esta cidade a monopolizar, com mão de ferro, a comercialização do sal produzido pelas salinas de Leça, o que chegou a incluir a ocupação militar desta aldeia e a destruição de outras salinas da região.

Voltemos às cercas. “O movimento de monumentalização urbana através da edificação de muralhas é antigo. Ele tem, entre nós, antecedentes próximos na prática régia de “fazer vilas”, bem documentada a partir de D. Sancho I”⁴⁹. Pensa-se sobretudo na atracção de povoadores para as fronteiras. Não basta outorgar-lhes privilégios fiscais e comerciais; há que garantir-lhes a defesa. É por isso que são lançadas cercas amuralhadas em Valença do Minho, em Melgaço (1205), em Bragança (1200), em Seia ou na Covilhã. Eram naturalmente muralhas românicas.

Um segundo grande impulso virá do rei Afonso III (um “afrancesado” conhecedor das *bastides* francesas). No Minho, muralhas “góticas” passam a proteger as vilas de Viana do Castelo, de Caminha, de Valença e de Monção; termina-se a cerca de Melgaço⁵⁰. Em Trás-os-Montes, começa a construção das muralhas de Chaves e prossegue a de Bragança. Nas Beiras, ergue-se a muralha da Guarda.

A D. Dinis deve-se um novo impulso nesta política: em Trás-os-Montes, cria Vila Real e dota-a de muralha, no Minho cerca a parte baixa de Guimarães, o burgo, acrescenta a muralha românica de Braga, intervém em Lisboa e sobretudo protege várias vilas alentejanas.

Mas o auge da construção das muralhas urbanas é claramente o século XIV. Isso deve-se a numerosos factores, entre os quais o grande desenvolvimento que as cidades e vilas principais tinham conhecido desde a construção das muralhas primitivas, quando existiam, mas também os ligados às mudanças na arte da guerra. Completam-se as cercas de Guimarães, Braga e Santarém, constroem-se os novos muros do Porto (1348-1376), de Coimbra, de Évora, de Beja, de Setúbal, de Óbidos, de Ponte de Lima; são aumentados ou melhorados os de Caminha, Viana do Castelo e da Guarda. A obra mais emblemática deste período, pelo esforço económico que supôs, pelas capacidades construtivas que mobilizou e pelo alcance militar de que se revestiu, foi a muralha fernandina de Lisboa, que envolveu toda a baixa lisboeta e subiu pelos dois morros laterais; foi essa muralha que, permitindo defender a cidade aquando do duríssimo e prolongado cerco de Juan I, em 1384, garantiu, por esses meses, a independência de Portugal e, desse modo, pode ter marcado o curso da História.

⁴⁷ “Item cada hua vila ouve seu termho asinaado que lhe foy dado en seu foro. E depouys a alguas vilas foy filhado dos seus termhos contra voontade dos Concelhos, fazendo en alguus loguares vilas das sas aldeyas.” A resposta de D. Afonso IV é esclarecedora: “A este Artigo diz El Rey que el e os reys que ante el foram fezerom esto en alguus loguares pera se pobrar porem melhor a terra e pera se arromper e aproveitar aquelo de que ante nom aviam prol. E diz que cada huu Rey pode esto na sa terra por tal razom fazer. Ca por esto he a terra mays avondada e melhor defesa e mays enparada.” (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 32.

⁴⁸ O encontrar-se de um ou de outro lado de um insignificante ribeiro, por exemplo, podia significar, para um português do tempo, a diferença entre a liberdade e a prisão ou a morte.

⁴⁹ Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, *História da Arte...*, p. 79.

⁵⁰ E revela-se o nome do nosso mais antigo “arquitecto” militar conhecido, Mestre Fernando, em 1263.

Já em perda de vitalidade, esta febre construtiva continua ainda pelo século XV, por exemplo com as muralhas de Barcelos, Aveiro e Viseu, mas acaba por estancar. No século XVI, como lembra Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em muitas destas cercas urbanas abrem-se “Portas Nobres” que praticamente já não se fecham, e que são muito mais exhibições de prestígio do que redutos militares.

Tudo isto supôs mais do que um mero esforço arquitectónico com objectivos militares. Foi um trabalho imenso para um país pobre e, em várias regiões, pouco povoado. Exigiu muito dinheiro, muito trabalho, muito transporte de pedra, algum planeamento. Por isso Carlos Alberto Ferreira de Almeida disse que “as cercas urbanas góticas indiciam, além de uma cidade com um “alfoz” e com uma consciência colectiva autonómica, uma nova fase no avanço dos impostos e na contabilidade pública que elas exigiam.” E acrescenta: “As muralhas eram até necessárias para esta nova fiscalidade, possibilitando uma mais rigorosa e sistemática cobrança das portagens”⁵¹.

Mas elas eram mais do que isso: podiam simbolizar as liberdades municipais contra o poder dos nobres (dentro delas respirar-se-ia o tal ‘ar das cidades’ que libertava), garantiam a segurança das pessoas e dos seus bens, quer contra os inimigos externos, quer contra os marginais, fechavam a terra aos que vinham de fora quando pairasse no ar a ameaça de uma epidemia. Os nomes das portas são essenciais para contar a história da terra, para explicar as suas ligações e as suas actividades; por vezes é em torres da muralha que se instalará o “sino de correr”, primeiro, o relógio mecânico, depois.

Se as muralhas significam prestígio e encerram uma fortíssima carga simbólica, elas são sempre erguidas –pelo menos é o que se afirma– por motivos de defesa: para obrigar as populações do termo a contribuírem para estas obras tão caras invocou-se recorrentemente o direito de elas buscarem refúgio nas muralhas urbanas em tempo de guerra. A verdade é que algumas destas cercas não eram especialmente eficazes, porque tinham demasiadas portas ou postigos (no Porto, quase dúzia e meia) e porque algumas eram demasiado extensas e apresentavam vários pontos fracos. No entanto, procuram responder às novidades da guerra de Trezentos, que trocou o assalto aos castelos senhoriais pela conquista das cidades ou pelas batalhas em campo aberto; e incorporam o novo protagonismo dos besteiros, decisivo em Portugal, abrindo seteiras nos adarves das muralhas dos séculos XIV e XV.

As cidades são também reforçadas com barbacãs, extensas ou de porta, com couraças (Caminha, Monção, Melgaço, Barcelos, Coimbra⁵² e Silves). Mas sobretudo, como lembra Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “o castelo-alcáçova continua a impor-se no perfil das cidades tardo-medievais, tanto que as vilas ou urbes que o não tinham o procuram construir. Se as muralhas urbanas se ligam mais ao município e ao seu concelho, o castelo simboliza o senhor da cidade e é, muitas vezes, a sua residência ou a do alcaide que nomeia. Por isso alguns castelos de vilas, do século XV, significativamente, tornam-se ou fazem-se “paços”, como vemos em Ponte de Lima, senhorio de D. Leonel de Lima, ou em Barcelos, na posse do Duque de Bragança”⁵³. E em muitas cidades vive-se uma tensão constante entre a zona baixa, comercial e artesanal, e os senhores do castelo – por todos, o caso de Guimarães que, como bem mostrou Maria da Conceição Falcão Ferreira, resultou da reunião da vila baixa com a vila alta.

⁵¹ Está por aprofundar, entre nós, a estreita ligação entre a cobrança fiscal e as portas das muralhas, por vezes indicada pelo simples nome dessas portas.

⁵² Ainda hoje há na toponímia conimbricense, por exemplo, a Couraça dos Apóstolos.

⁵³ Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 81.

Os perímetros urbanos dão-nos ordens relativas de grandeza, como sabemos; não permitem cálculos absolutos: por um lado porque nem toda o terreno intramuros estava construído, por outro, e principalmente, porque podiam ficar fora das muralhas arrabaldes populosos. Sobretudo a partir do século XIII multiplicar-se-ão os bairros exteriores.

Em princípio tentava-se construir uma muralha que defendesse o essencial do espaço habitado; mas quando isso era complicado, por razões de extensão ou simplesmente de topografia, os casos que conheço sugerem que prevalecia a lógica militar. Foi o que sucedeu no Porto: ficou de fora o importante e economicamente vital arrabalde de Miragaia, uma zona de marinheiros, artesãos e de armazéns de vinho, porque os critérios dos engenheiros militares decidiram que a muralha não o podia englobar; inversamente, ficaram dentro de muros espaços desabitados e dificilmente urbanizáveis.

Vamos aos números disponíveis: a muralha fernandina de Lisboa englobou 103 hectares de superfície, o que é mais do dobro de qualquer outra cidade portuguesa – e, além disso, quase não deixou espaços não construídos no interior. Em segundo lugar vinha a cerca de Évora, também do século XIV, com apenas 50 hectares de área intramuros, mas alguns arrabaldes importantes. Santarém e o Porto (que multiplicou por doze a área defendida pela primitiva muralha românica – em rigor, uma muralha tardo-romana, talvez refeita durante a ocupação sueva e quase totalmente reconstruída no século XII) vinham logo a seguir, mas abaixo desses 50 hectares. Só que o escalão seguinte situa-se muito abaixo; com a excepção de Leiria, e talvez de Coimbra, o que temos geralmente são áreas na ordem dos 15 ou 20 hectares amuralhados. É o eterno problema da escala para o qual tenho chamado insistentemente a atenção relativamente à história de Portugal, e que exige de nós a construção de modelos interpretativos adaptados a uma realidade específica.

Não são evidentes, em Portugal, tendências apuradas em outros países, como por exemplo a localização, em espaços exteriores às muralhas, dos mercados de artigos de primeira necessidade, bem como dos espaços centrais de torneios, justas, touradas e festas; também não subscrevo sem reserva algumas afirmações que me parecem algo funcionalistas, segundo as quais os ofícios mais poluentes e mais carecidos de água (curtumes, ferrarias, matadouros) eram em regra canalizados para os bairros extra-muros. No Porto, por exemplo, estavam no coração da cidade; o mesmo se passava em Évora. Há, evidentemente, alguma racionalidade na ocupação dos espaços urbanos e peri-urbanos, com a sucessão de anéis de hortas e almuinhas, vinhas e só depois os campos de cereal. Mas esse princípio geral conheceu numerosas excepções e a sua verificação em cada cidade não é mecânica⁵⁴.

5. População

Como já foi lembrado, não temos documentos para propor números credíveis para qualquer cidade. Não sobreviveram róis fiscais completos; se para os campos as inquirições nos podem dar elementos úteis, para as cidades e vilas tudo se torna mais difícil. Habitámo-nos a fazer jogos,

⁵⁴ Iria Gonçalves vêm desenvolvendo, nos últimos anos, um projecto colectivo de investigação sobre paisagens urbanas e rurais, do qual resultou já o volume *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. I*, coord. de Iria GONÇALVES, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

projeções, cálculos complicados, a propor os índices mais imaginativos, acreditando que um mau número era sempre melhor do que nenhum número⁵⁵. A *démarche* mais segura tem sido partir das primeiras listas de fogos sistemáticas, os *Numeramentos* de 1527-32 e de 1537 e sugerir as projeções possíveis.

Além disso, temos usado outras fontes: o número de igrejas em cada terra e o respectivo rendimento; o contingente de besteiros do conto que cada concelho era obrigado a fornecer ao exército do rei; e o número de tabeliães por concelho⁵⁶. Se todos estes índices, devidamente criticados e combinados (porque não têm todos a mesma capacidade de reflectir dimensões da realidade) nos conseguem, sem dúvida, dar uma ideia aproximada do desenvolvimento económico, da importância política e até, em termos comparativos, das realidades demográficas, nenhum deles nos permite, de modo algum, calcular números de habitantes. Para um panorama parcelar, Oliveira Marques concluiu que “os pequenos aglomerados populacionais eram a regra em todo o País, onde 63% das populações dispunham apenas de um tabelião, o que mostra a sua exiguidade”. Esta ideia vale para todo o Portugal, mas mais para as regiões de povoamento disperso e mais denso, como o Entre Douro e Minho e a Beira Alta. Seria no bispado de Lisboa que a concentração urbana era maior; lá encontramos 50% dos centros populacionais com três ou mais tabeliães; cruzando este dado com os rendimentos das igrejas, e portanto comparando os rendimentos dos nove bispados, concluímos que era a região mais rica do país e socialmente a mais diferenciada.

A Idade Média tardia, de acordo com o mesmo historiador, parece consagrar o predomínio do sul no quadro urbano do país. É uma outra ideia que creio que deve continuar a ser debatida.

Por ordem, e sempre segundo Oliveira Marques, a muralha fernandina de Lisboa (1373-1375) e os seus 103 hectares permitem-nos incluí-la entre as cidades médias da Europa⁵⁷. A projecção de habitantes, 35.000, nos finais do século XIV, assenta na presunção de que toda a área está construída, por um lado, e trabalha com o coeficiente de Torres-Balbás (348 habitantes por hectare), que levanta problemas de todos conhecidos. Mas não há dúvidas de que, à escala portuguesa, Lisboa foi, desde sempre, uma cidade enorme.

Para o segundo lugar tem-se dito que Évora e Santarém rivalizaram, sem que nenhuma delas se destacasse decisivamente. Évora era maior, mas Santarém dispôs de outros factores de concorrência importantes⁵⁸.

Os outros indicadores de que falei dão-nos sinais contraditórios: por exemplo, em 1422, Lisboa fornecia 300 besteiros do conto, Évora, Santarém, Coimbra e Guimarães apenas cem (mas Guimarães e mesmo Coimbra estão muito abaixo das outras duas cidades); se utilizarmos antes o rol de igrejas de 1320, Santarém conta com 18, Coimbra com 13, Évora com apenas 6 e Guimarães com 4. São evidentes os perigos de pretender criar índices multiplicadores a partir de números que têm uma história muito própria e que só indirectamente, e por vezes de forma imperfeita, reflectem realidades económicas e demográficas.

A estas três cidades, mais destacadas, segue-se um conjunto grande de cidades mais pequenas, cuja sorte foi variando ao longo do tempo de acordo com conjunturas económicas e políticas (e até mesmo

⁵⁵ O mesmo raciocínio, que de forma alguma partilho, se aplicou quase sempre às ilustrações.

⁵⁶ E ainda se utilizou o método de Torres-Balbás para calcular o número de habitantes por cidade.

⁵⁷ OLIVEIRA MARQUES dá como exemplos Danzig, Dijon, Siena ou Salamanca.

⁵⁸ É possível que Santarém tenha sido a segunda cidade durante o século XIV e que Évora a tenha suplantado em Quatrocentos.

com factores geográficos)⁵⁹. Nesse aspecto, é muito interessante o plano das Cortes de 1481-1482, no reinado de D. João II, que nos indica a distribuição dos municípios portugueses pelos 16 bancos, à razão de cinco concelhos por banco⁶⁰. De acordo com a tabela das precedências do tempo⁶¹, a lista dos concelhos portugueses ‘por ordem de importância’, neste final do século XV, era a seguinte⁶²:

1. Lisboa	28. Torres Novas	55. Castelo de Vide
2. Coimbra	29. Aveiro	56. Sertã
3. Évora	30. Sintra	57. Castelo Rodrigo
4. Santarém	31. Óbidos	58. Monforte
5. Porto	32. Setúbal	59. Veiros
6. Braga	33. Torres Vedras	60. Fronteira
7. Lamego	34. Alcácer do Sal	61. Campo Maior
8. Viseu	35. Portalegre	62. Crato
9. Silves	36. Almada	63. Viana do Lima
10. Guarda	37. Nisa	64. Palmela
11. Elvas	38. Serpa	65. Castro Marim
12. Guimarães	39. Mourão	66. Cabeça de Vide
13. Beja	40. Lagos	67. Moncorvo
14. Tavira	41. Trancoso	68. Monsanto
15. Leiria	42. Olivença	69. Garvão
16. Estremoz	43. Pinhel	70. Coruche
17. Montemor-o-Novo	44. Abrantes	71. Panóias
18. Tomar	45. Arronches	72. Miranda do Douro
19. Covilhã	46. Loulé	73. Albufeira
20. Bragança	47. Avis	74. Borba
21. Vila Real	48. Valença	75. Ourique
22. Moura	49. Monção	76. Portel
23. Faro	50. Freixo de Espada à Cinta	77. Arraiolos
24. Montemor-o-Velho	51. Alegrete	78. Vila Viçosa
25. Ponte do Lima	52. Alter do Chão	79. Penela
26. Alenquer	53. Penamacor	80. Monsaraz
27. Castelo Branco	54. Marvão	

A análise a estas precedências exigia um outro trabalho. Repare-se apenas que a lista começa com os nove bispados, no qual se intromete apenas Santarém; atente-se ainda na sub-representação do Entre Douro e Minho e na sobre-representação do Alentejo. Finalmente não se esqueça que esta arrumação dos concelhos, em 1481-1482, não pode ser lida como uma fotografia da realidade sócio-económica, demográfica, política e militar do país no tempo. Ela é um resultado de prestígios antigos, de direitos adquiridos, de negociações constantes e duras, mistura critérios de vários tipos. Na condição de não ser interpretada à letra, ela coloca-nos um bom número de questões de grande interesse.

⁵⁹ Estou a lembrar-me do progressivo assoreamento do Rio Arade, que servia Silves, e que contribuiu para a decadência desta cidade em favor de Faro, de Tavira e de Lagos.

⁶⁰ Excepto o sétimo, que levava sete e o último, que acolhia apenas três, o que perfaz um total de 80 representações.

⁶¹ A cidade mais importante no meio, a segunda logo à direita, a terceira à esquerda, a quarta dois lugares à direita e a quinta dois lugares à esquerda.

⁶² Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, I.N.I.C. – C.H.U.P., 1990, vol. I, p. 192.

6. A evolução nos séculos XIV e XV

Sempre seguindo Oliveira Marques⁶³, “ao findar o reinado de D. Dinis, as cidades do interior, viradas para o comércio interno, para o comércio com Castela, para a produção agro-pecuária e para a administração eclesiástica e militar, achavam-se ainda bem situadas na hierarquia urbana. Era o caso de Coimbra, Braga, Guarda, Viseu, Covilhã, Pinhel, Trancoso, Portalegre, Elvas, Torres Vedras, Alenquer, Óbidos, Bragança, Sabugal, Penamacor, Montemor-o-Velho, Montemor-o-Novo, Castelo de Vide, Beja e também do Porto e de Guimarães”⁶⁴. A lista das igrejas de 1320-1321 coloca-nos muitas dúvidas, quando nos apresenta uma Covilhã com 15 templos, contra os 9 de Pinhel e Trancoso, os 8 do Porto e os dificilmente explicáveis 3 ou 4 de Braga e Guimarães.

Se nos deslocarmos já para os anos 60 e 70 do século XV, ou seja, centúria e meia mais tarde, perceberemos como o país mudou: o grande desenvolvimento do comércio marítimo, bem como de outras actividades ligadas ao mar, como a construção naval, a pesca e a extracção de sal, provocou uma deslocação do centro de gravidade do país do interior para o litoral; essa evolução está a acabar perante os nossos olhos, nestes últimos anos, com o interior de Portugal preocupantemente despovoado e o litoral quase inabitável (falando-se a curto prazo em aglomerados urbanos de 3,5 milhões de habitantes na “grande Lisboa” e mais de 1,5 milhões no “grande Porto”, o que equivale a metade da população portuguesa).

Muitos portos e cidades portuárias cresceram depressa, outros surgiram quase do nada: Tavira, Faro e Lagos, no Algarve, Setúbal, Aveiro, Vila do Conde e Viana serão os melhores exemplos.

No interior do país, verificou-se a queda abrupta de cidades que tinham tido os seus tempos de glória; e, em geral, alguma ‘selecção natural’ urbana, com uma reorganização do povoamento ditada pelas facilidades de circulação, pelas condições climáticas mais saudáveis e pela topografia mais cómoda.

O melhor exemplo é o do Porto. No início do século XIV era uma cidade animada, prestigiada, promissora – mas em área e em população, era facilmente suplantada por muitos núcleos da Estremadura, das Beiras e do Alentejo. A muralha gótica do terceiro quartel do século XIV (1348-1376) envolve 43 hectares, quase tantos como Santarém, mas deixa de fora um arrabalde populoso e activo. É verdade que os 40 besteiros fixados no *rol de besteiros de 1422* não impressionam... - mas o que reflecte de facto esse número? Fraqueza demográfica ou força política e capacidade negocial com a Coroa? Depois alvitra-se um número – 4.000 almas para finais do século XIV - baseado numa ‘impressão, numa intuição; só que esses números têm vida longa e, uma vez atirados para a liça, é muito difícil vermo-nos livres deles. Para a segunda metade do século XV, sempre vi proposta, para o Porto, a cifra de 10.000 habitantes; nunca consegui descobrir em que se baseou tal cálculo que, no entanto, é repetido de umas obras para outras.

Mas no *Censo de 1527-1532*, o Porto é destacadamente a segunda cidade do país; Évora ficou bastante para trás. Tem-se explicado este salto apenas pela actividade marítima da cidade; o comércio marítimo sempre foi um bom aliado para historiadores cansados, servindo para explicar quase tudo, principalmente o que não se conhece. Sem negar a sua importância, creio que falta um

⁶³ *Portugal na Crise*,..., p. 184 e ss.

⁶⁴ O. MARQUES segue a classificação de Roger MOLS, de Lovaina, de 1955: grande cidade –de 10.000 a 50.000 habitantes; cidade média –de 2.000 a 10.000 e cidade pequena –menos de 2.000. Porto e Óbidos são terras do litoral.

outro factor, e decisivo: o estudo do desenvolvimento demográfico e económico de todo o Entre Douro e Minho e em particular do Vale do Douro (com uma atenção especial a produtos como o vinho, o azeite, os couros, o sumagre, o linho e a pesca fluvial).

Uma outra ideia para a mesa – e desta vez é o próprio Oliveira Marques quem aconselha reserva – é a de que, pela segunda metade do século XIV e por todo o século XV, “parece desenhar-se o predomínio do Sul no quadro urbano do País”⁶⁵. Mas as contas – as cidades da actual Estremadura, do Ribatejo e do Alentejo ocupavam treze dos primeiros dezassete lugares – são feitas a partir de índices muito problemáticos. Esta evolução, eventualmente relacionável com as migrações posteriores à Peste Negra, teria de algum modo uma tradução nos itinerários régios. Se D. Afonso III e D. Dinis andavam com frequência pelo Norte e pelo centro, a partir de D. Pedro a realeza fixa-se pelo sul e só excepcionalmente sobe a Norte de Santarém. Os reis da segunda metade do século XIV, D. Pedro e D. Fernando, passam ainda cerca de um terço do seu reinado no Norte e dois terços no Sul; com os monarcas de Quatrocentos, como D. Duarte e D. João II, as estadias a Norte não ultrapassam os 3 e os 5%, o que é irrisório. Há que dizer que o Algarve é igualmente segregado dos itinerários régios; a serra algarvia desencorajava qualquer um. Só nas idas a Marrocos se passava lá, e de barco. Por isso eu escrevi uma vez que estes reis governavam reinos que não conheciam.

7. Conclusão

Joaquim Veríssimo Serrão escreveu um dia, em registo voluntariamente polémico, se não teria sido Portugal “um reino sem cidades”. E explicou-se: Sem contar com Lisboa, e com a possível excepção do Porto, dir-se-ia que Portugal não soube erguer cidades como as italianas, as inglesas, as flamengas e as de Espanha, “como pontes difusoras do capitalismo nascente. O rei D. João III⁶⁶ reavivou a tradição dos burgos-diocese, ao conceder a distinção [de cidades] às vilas de Miranda do Douro, Portalegre e Leiria. O que permite concluir que Portugal não sentiu, no século XV, a ideia de «cidade económica», que teria concedido a vilas como Setúbal, Faro, Aveiro e Viana um outro e promissor destino”⁶⁷.

A ideia foi formulada para ser discutida. O problema não está no título de *cidade*; mas se essa distinção reflectia –e parece claro que sim– critérios de valorização, então tivemos claramente um problema. Por uma vez, em 1464, Bragança foi elevada a cidade, por critérios marcadamente políticos. Mas tratou-se de uma excepção. E essa Bragança, trinta anos antes⁶⁸, não contaria com mais de 25 vizinhos (algo mais de uma centena de pessoas).

Só que, mesmo se insignificantes, foram essas, em certa medida, as nossas cidades. É essa a realidade que os investigadores portugueses deverão repensar.

⁶⁵ *Portugal Na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 187.

⁶⁶ Que começa a reinar em 1521.

⁶⁷ *As cidades como expressão e responsabilização do poder (século XV)*, “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, Vol. LIII, 1995, p. 98.

⁶⁸ Em 1435.